



EDUCAÇÃO

Pente-fino nas faculdades

Universidades particulares recebem orientação para verificar quantos alunos estão matriculados sem o diploma legal do ensino médio

» GUILHERME GOULART

A farra de certificados de conclusão de ensino médio sem validade junto às autoridades locais de educação será investigada por todas as universidades particulares do Distrito Federal. O Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos Particulares de Ensino Superior do DF (Sindepes-DF) encaminhou ontem ofício em que sugere levantamento dos alunos matriculados com documentos emitidos pelo Instituto Latino-Americano de Línguas (Ilal). São cerca de 90 instituições.

O presidente do Sindepes-DF, Renato Rezende, disse ao *Correio* que a iniciativa trata de uma recomendação. "Cada instituição tem sua própria autonomia e deve agir de acordo a sua responsabilidade. Cada uma também deve tomar as medidas cabíveis e previstas no regimento interno. O importante, neste momento, é fazer o levantamento e descobrir as irregularidades", explicou Rezende, que também é reitor do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF).

A universidade localizada na 704/904 Norte descobriu sete casos de estudantes com certificados do Ilal. "Não vamos fazer pré-julgamentos, mas quem for flagrado terá até a próxima matrícula

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



A delegada Ivone (E) recebeu de Leila Pavanelli cópias das denúncias de pais, alunos e universidades

la para regularizar a situação. Se ficar provado que o documento apresentado não tem validade, a matrícula pode ser cancelada", afirmou. A reitoria ainda estuda como lidar com possíveis casos de ex-alunos que se formaram pelo UDF após garantir uma vaga

com o certificado do Ilal.

O balanço da UDF se junta aos 138 universitários identificados pelas principais instituições de ensino superior da capital do país em situação irregular. A Universidade de Brasília (UnB) reúne 88 casos, o Centro Universitário de

Brasília (Uniceub) tem 39 e o Instituto de Educação Superior de Brasília (Iesb), 11.

A titular da Delegacia de Defraudação e Falsificação (DEF), delegada Ivone Rossetto, recebeu ontem da Coordenação de Supervisão Institucional e Normas

» Entenda o caso

Custo de até R\$ 3 mil

O Ilal atua no Distrito Federal há cinco anos. Mantém cinco unidades na capital do país: uma na Asa Sul, uma na Asa Norte, uma em Águas Claras e duas em Taguatinga. A Secretaria de Educação do DF descobriu que nesse período a entidade se envolveu em esquema de venda de históricos escolares e certificados de conclusão de ensino médio. Ela também não tem autorização do órgão para oferecer supletivo, serviço oferecido inclusive nos materiais informativos da escola.

A fraude conta com instituições de outros estados. As declarações e os comprovantes emitidos pelo Ilal aparecem acompanhados de his-

tóricos escolares atestados pela Empresa de Pesquisa, Ensino e Cultura (Epec), do Rio de Janeiro, esta última acabou descredenciada pelo governo do Rio em setembro. Parte dos certificados é vendida para menores de 18 anos, que, segundo o documento, concluíram o ensino médio via programa Educação de Jovens e Adultos (EJA), em educação a distância. A prática também é ilegal.

Como comprovou o *Correio*, as documentações são negociadas por até R\$ 3 mil. Ligação feita para a sede do Ilal, na 502 Sul, revelou que a aprovação no ensino médio depende apenas de algumas provas. Não há, por exemplo, aulas. Estudantes ouvidos pela reportagem revelaram ainda que ligaram para pais, amigos e namorados durante os exames. Com a ajuda da internet, receberam as respostas das questões.

de Ensino (Cosine) declarações, certificados, informativos e denúncias de pais, alunos e universidades. A responsável pelo setor, Leila Pavanelli, entregou o material pessoalmente — ela denunciou o caso dias antes ao Ministério Público e ao Procon.

www.correiobrasiliense.com.br



Comente esta reportagem na versão publicada no site do Correio Braziliense